

A Concepção da Verdade-como-Correspondência

Renato Machado Pereira *

RESUMO

O artigo tem por finalidade descrever as características principais de uma teoria da verdade-como-correspondência. Dizer apenas que “verdade é correspondência com a realidade” não expressa adequadamente a essência dessas teorias. Desse modo, o texto procura esclarecer três aspectos da ideia de verdade-como-correspondência: 1) O quê tem a propriedade de ser verdadeiro (qual é o portador-de-valor-de-verdade adequado?). 2) A “realidade” à qual corresponde o portador-de-valor-de-verdade. 3) A correspondência (ou seja, qual a relação entre o portador-de-valor-de-verdade e a realidade?).

PALAVRAS-CHAVE: Verdade, Verdade-como-Correspondência, Realismo.

Introdução

Muito da literatura contemporânea sobre verdade toma como ponto de partida algumas idéias que são proeminentes no início do século XX. Porém, há algumas concepções da verdade que já estavam sendo discutidas há muito tempo e influenciaram a maior parte das discussões atuais. Um grande exemplo disso é a definição de “verdadeiro”, dada por Aristóteles, que influenciou muitas teorias do início do século XX e, indiretamente, muitas outras. Isso pode ser visto no quadro organizativo apresentado por Haack (1978) em seu livro “Filosofia das Lógicas”, p. 128. Por exemplo, podemos observar nesse quadro que as teorias da verdade-como-correspondência têm “afinidade” com a concepção aristotélica, com as teorias pragmáticas e com a semântica de Tarski.

* Pós-graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista CAPES. E-mail: renato_rmp@yahoo.com.br.

Buscaremos neste texto entender as teorias da verdade-como-correspondência, ou seja, entendermos a sua estrutura básica e quais suas características principais. Desse modo, não procuraremos desenvolver uma análise crítica dessas teorias, mas objetivamos caracterizá-las com a intenção de compreendê-las.

As teorias da verdade-como-correspondência estão baseadas na idéia de que “verdade é correspondência com a realidade”, ou seja, um portador-de-valor-de-verdade é verdadeiro quando as coisas no mundo são como os portadores-de-valor-de-verdade dizem que são. As teorias correspondenciais estão entre as teorias robustas da verdade¹; isto é, aquelas teorias que consideram que a verdade tem uma natureza. Além disso, constituem, em geral, segundo Lynch (2001, p. 5), uma visão realista objetiva: se algo é verdadeiro, isso não depende daquilo em que cada um acredita; a verdade depende do mundo e não de nós. Mas dizer apenas “Verdade é correspondência com a realidade” não expressa adequadamente a essência dessas teorias. Será necessário esclarecermos três aspectos da idéia de verdade-como-correspondência (LYNCH, 2001, p. 9):

1. O quê tem a propriedade de ser verdadeiro (qual é o portador-de-valor-de-verdade).
2. A “realidade” à qual corresponde o portador-de-valor-de-verdade.
3. A correspondência (ou seja, qual a relação entre o portador-de-valor-de-verdade e a realidade).

¹ “Teoria robusta da verdade” é uma das classificações das Teorias da Verdade apresentada por Michael P. Lynch (2001). As teorias robustas da verdade consideram que a verdade é uma propriedade robusta e importante e que requer uma substancial e complexa explicação. Segundo Lynch (2001, p. 5), os defensores das teorias robustas estão motivados em responder questões como:

- Existe tal coisa como a verdade absoluta, ou toda verdade é, de algum modo ou de outro, subjetiva ou relativa?
- Que tipo de relacionamento, se existir um, têm as proposições verdadeiras com o mundo?
- Toda verdade pode ser verificável pela experiência?

Portadores-de-Valor-de-Verdade

Teorias da verdade-como-correspondência têm utilizado os seguintes como portadores-de-valor-de-verdade: crenças, pensamentos, idéias, juízos, sentenças, asserções, expressões vocais e proposições. Contudo, é de costume usar a expressão “portadores-de-valor-de-verdade” sempre que queremos assumir uma postura neutra dentre essas opções.

Na literatura contemporânea quase somente proposições são mencionadas como portadores-de-valor-de-verdade.

A Relação de Correspondência

Como vimos, a correspondência se dá entre portador-de-valor-de-verdade e a realidade. Mas o que conecta ou relaciona, de modo geral, um portador-de-valor-de-verdade à realidade? Em outras palavras, o que é a noção de correspondência?

Discutiremos duas interpretações sobre essa noção: a correspondência como correlação, também conhecida como relação fraca, e a correspondência como congruência, também conhecida como relação forte (Grayling, 1997, p. 142-143; Pitcher, 1964, p. 9-14).

A correlação pode ser entendida como o emparelhamento de itens, ou membros de dois ou mais grupos de coisas, um-para-um, de acordo com algumas regras ou princípios. Podemos considerar, por exemplo, o sentido de correspondência um-para-um dos matemáticos. Suponhamos que coloquemos a série de números naturais com uma correspondência um-para-um com a série dos números naturais pares. Assim,

Números Naturais:	1	2	3	4	5	...	n
Números Naturais	2	4	6	8	10	...	$2n$

Pares:

Podemos dizer que, da série dos naturais, o número 1 corresponde para o número 2 da série dos naturais pares, 4 da série dos naturais corresponde para o 8 da série dos naturais pares, e assim por diante. Isso segue do seguinte raciocínio: dado um número x_i de um grupo, no caso o conjunto dos números naturais, e a regra $y = 2x$, há um único membro y_i do outro grupo, no caso o conjunto dos números naturais pares. E tudo isso significa dizer que x_i corresponde para y_i , ou seja, x_i do conjunto dos números naturais e y_i do conjunto dos números naturais pares estão correlacionados ou emparelhados um com o outro em concordância com a regra estipulada. Claramente, nós temos especificado uma regra ou princípio para a correspondência, dado que na ausência de um contexto, ou na ausência da indicação de um grupo, ou na ausência da explicitação de uma regra, dizer “5 corresponde para 10” não fica compreensivo.

Segundo Kirkham (1992, p. 174), Aristóteles foi o primeiro a apresentar uma concepção da verdade-como-correspondência como correlação, em sua formulação: “Dizer daquilo que é que não é, ou daquilo que não é que é, é falso, enquanto dizer daquilo que é que é, ou daquilo que não é que não é, é verdadeiro” (ARISTÓTELES, 1969, p. 107).

Outro filósofo que defende a visão de correspondência como correlação é J. L. Austin (1950). Sua visão é a de que todo portador-de-valor-de-verdade está correlacionado a um fato possível; se esse fato possível realmente acontece, então o portador-de-valor-de-verdade é verdadeiro; caso contrário, é falso. A verdade, para Austin, é considerada como uma relação quaternária entre uma afirmação (é a informação transmitida por uma sentença declarativa),

uma sentença, um estado de coisas (um fato possível), e um tipo de estado de coisas. A correspondência é determinada por convenções lingüísticas, que especificam se o estado de coisas ao qual uma sentença se refere é do tipo apropriado para torná-la verdadeira. Para Austin (1950, p. 28), as palavras e o mundo são correlacionados de duas formas:

- Por meio de convenções descritivas, correlacionando palavras (sentenças) com tipos de situações encontrados no mundo (estados de coisas), e
- Por convenções demonstrativas, correlacionando palavras (afirmações, isto é, sentenças realmente emitidas) com situações de fato encontradas no mundo em ocasiões particulares.

Assim, uma afirmação é considerada verdadeira, quando ‘o estado de coisas particular ao qual está correlacionada pelas convenções demonstrativas’ é de um tipo que a sentença usada para fazê-la está correlacionada pelas convenções descritivas. Por exemplo, suponhamos que alguém, S, em um instante t, diga “X está dormindo”. As convenções descritivas correlacionam as palavras com situações em que as pessoas dormem, e as convenções demonstrativas correlacionam as palavras com a real atividade de X no instante t. O que S diz em t será verdadeiro se a situação real, correlacionada com as palavras que S profere pelas convenções demonstrativas, é do tipo correlacionado com aquelas palavras pelas convenções descritivas.

Por outro lado, a correspondência como congruência pode ser entendida em termos de “encaixar” ou “ajustar”, como quando nós dizemos que extremidades reunidas de um pedaço de papel rasgado se encaixam ou se ajustam. Tais teorias da verdade alegam que há um isomorfismo estrutural entre os portadores-de-valor-de-verdade e os fatos aos quais eles correspondem quando o portador-de-valor-de-verdade é verdadeiro.

Segundo Bertrand Russell, em seus artigos “Da Natureza da Verdade e da Falsidade” de 1910 e “Verdade e Falsidade” de 1912, a correspondência consiste em um isomorfismo estrutural entre as partes de uma crença e as partes de um fato; é a correspondência daquilo que se acredita ser verdadeiro ou falso com os fatos que tornam as crenças verdadeiras ou falsas.

Para Russell (1910, p. 155-157; 1912, p. 21), acreditar consiste em uma relação do crente a vários objetos unidos por outra relação. Por exemplo, a crença

A acredita que B ama C,

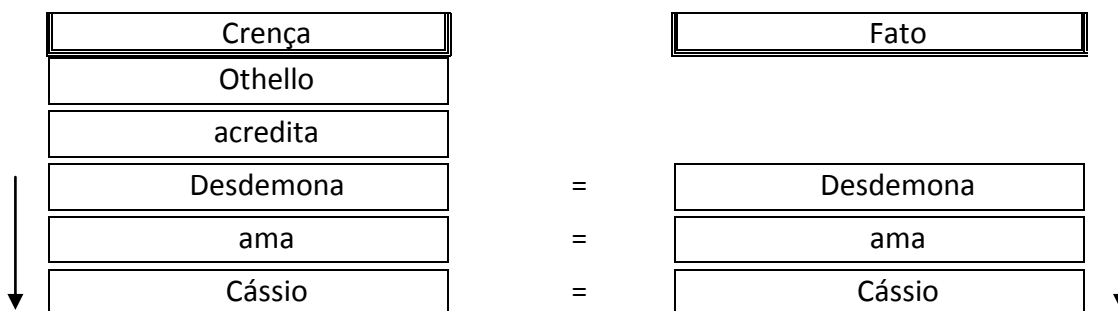
consiste no A (o sujeito) relacionado a B (um termo-objeto), C (outro termo-objeto) e na relação amar (a relação-objeto). O sujeito A anuncia uma crença que “B ama C” e esse enunciado será verdadeiro “quando uma pessoa que acredita nele acredita de modo verdadeiro e, falso, quando uma pessoa que acredita nele acredita de modo falso” (RUSSELL, 1910, p. 152). Dessa forma, Russell restringe a natureza da verdade à verdade das crenças, uma vez que a verdade dos enunciados é uma noção derivada da verdade das crenças.

Um problema ocorre quando o enunciado é apenas um objeto (RUSSELL, 1910, p. 155). Por exemplo, a crença “Rodrigo acredita que Sócrates não existiu” é composta apenas do sujeito “Rodrigo”, do objeto “Sócrates não existiu” e da relação de acreditar. O enunciado nesse caso é o objeto “Sócrates não existiu” que pode ser verdadeiro ou falso dependendo se existe o fato que Sócrates existiu. O problema surge quando a veracidade e a falsidade da crença estão dependendo da existência ou não de uma única entidade, no caso, “Sócrates”. Russell considera, nesse caso, a crença verdadeira sustentável, pois a crença é a relação da mente do sujeito com o objeto que existe. Mas quando é falsa é insustentável, pois a relação da crença não pode ser uma relação com nada. E ele conclui:

Devemos portanto abandonar a perspectiva de que as crenças consistem numa relação com um único objeto. Não podemos sustentar esta perspectiva com relação às crenças verdadeiras enquanto a rejeitamos com relação às falsas, pois isto faria uma diferença intrínseca entre crenças verdadeiras e falsas, e permite que descubramos (o que é obviamente impossível) a verdade ou a falsidade de uma crença simplesmente por exame da natureza intrínseca da crença. Desta forma devemos nos dirigir à teoria de que *nenhuma* crença consiste numa relação com um único objeto. (RUSSELL, 1910, p. 155)

Assim, o problema está em se admitir que, quando acreditamos de modo falso, não existe nada em que estamos acreditando. A maneira de escapar a essa dificuldade consiste em sustentar que, se acreditamos de modo verdadeiro ou se acreditamos de modo falso, não existe uma única coisa em que estamos acreditando. Quando acreditamos que “B ama C, temos diante de nós, não um objeto, mas vários objetos. Dessa forma, a crença é uma relação da mente com vários outros termos: quando esses outros termos têm entre si uma relação “correspondente”, a crença é verdadeira; quando não, ela é falsa.

A descrição da verdade, segundo Russell, requer uma congruência entre a relação da crença e uma segunda relação chamada “um fato”. No caso a crença “A acredita que B ama C” requer uma congruência entre os termos da crença (A, acreditar, B, amar, C, nessa ordem) com o fato que tem B, amar e C (nessa ordem) como seus termos. Isto é, os objetos relacionados dessa forma constituem uma “unidade complexa” que, quando relacionados na mesma ordem em que também estão na minha crença, constituem o “fato correspondente à crença”. Logo, uma crença é verdadeira quando corresponde a uma certa unidade complexa – um fato – e é falsa quando não corresponde. Vejamos um exemplo concreto (RUSSELL, 1912, p. 20-21),



Do lado esquerdo da figura está a crença – Othello acredita que Desdemona ama Cássio – com seus cinco termos e a seta vertical que simboliza a direção da relação. Do lado direito está o fato de que Desdemona ama Cássio, com seus três termos e uma seta vertical indicando sua direção. Pode-se dizer que as duas relações – a crença e o fato – se encaixam porque cada um dos dois termos-objeto, Desdemona e Cássio, aparecem em ambas as relações, e a relação-objeto, amar, aparece em ambas, e a crença e o fato têm a mesma direção. Se uma dessas condições não fosse satisfeita, a crença e o fato não se encaixariam e a

crença seria falsa. Dessa forma, a crença seria falsa se a direção do fato fosse diferente (se Cássio amasse Desdemona), se um dos termos-objeto fosse diferente (se Desdemona amasse Rafael) ou se a relação-objeto fosse diferente (se Desdemona odiasse Cássio).

A correlação e a congruência parecem ser diferentes concepções de correspondência (GRAYLING, 1997, p. 143). Isso é indicado pelo fato de que podemos dizer que as metades de uma folha de papel rasgada se ajustam (correspondem) exatamente ou perfeitamente quando reunidas. Porém, não podemos dizer de 3, da série de números naturais, que corresponde exatamente ou perfeitamente para o 6, da série dos números naturais pares.

Estas duas interpretações da relação de correspondência possuem dificuldades particulares. A maior dificuldade para elaborarmos ou entendermos uma teoria baseada na correlação está na regra ou no princípio que norteia a correspondência entre portador-de-valor-de-verdade e o fato. Para tentarmos entender uma teoria desse tipo, devemos compreender a regra de correspondência. Nas teorias baseadas na congruência, dificuldades aparecem na conexão entre as partes de um portador-de-valor-de-verdade e as partes do fato que ele descreve, visto que o portador-de-valor-de-verdade como um todo é congruente ao fato como um todo. Podemos questionar qual é a relação que liga essas partes, que tipos de coisas podem ser constituintes de um portador-de-valor-de-verdade ou de um fato, como fazer para determinar quantos constituintes um portador-de-valor-de-verdade ou um fato têm e quais as regras para fazê-lo.

Realidade – Realismo e Não-Realismo

Vimos que a correspondência relaciona um portador-de-valor-de-verdade com a realidade e essa relação se dá, sob, pelo menos, as duas possíveis interpretações descritas, por correlação ou congruência. Assim, falta-nos compreender o significado de ‘realidade’.

A realidade ou parte dela é tratada, geralmente, sob os nomes: fatos ou estados de coisas. Kirkham (1992) caracteriza estado de coisas e fatos da seguinte maneira:

utilizo o termo “estado de coisas” no seu sentido filosófico (que não é o usual): “estado de coisas” não é um sinônimo para “fato” ou “situação”, porque fatos potenciais mas não realizados são também estados de coisas. Até mesmo fatos impossíveis contam como estados de coisas, embora esses estados de coisas nunca ocorram em nenhum mundo possível. Talvez a melhor maneira de se definir “estados de coisas” seja dizer que qualquer coisa cuja ocorrência possa ser asseverada (com verdade ou falsidade) por meio de uma sentença declarativa conta como um estado de coisas, sendo que nada mais, além disso, conta. (...) Um fato, então, é um estado de coisas que ocorre no mundo real. (KIRKHAM, 1992, p. 109-110).

Discussões filosóficas sobre a realidade podem ser subordinadas a discussões sobre o realismo e o não-realismo. E muitas idéias sobre o realismo e o não-realismo estão relacionadas com as idéias sobre verdade.

Segundo Dummett (*apud* Grayling, 1997, p. 254), realismo é a tese de que o mundo existe e tem características independentes de algum conhecimento ou experiência. Assim, portador-de-valor-de-verdade sobre o mundo são verdadeiros ou falsos em virtude do modo como as coisas estão no mundo, quer nós não saibamos ou possamos vir a saber como as coisas são no mundo e, portanto, independentemente de sabermos ou não o valor-de-verdade desses portadores-de-valor-de-verdade.

Dessa forma, uma teoria realista da verdade parece impor certa condição ontológica à verdade de um portador-de-valor-de-verdade. Segundo Putnam (*apud* Grayling, 1997, p. 285-286), o realismo metafísico é a tese de que o mundo consiste de uma totalidade fixa de objetos independentes da mente. E argumenta que quem sustenta essa visão acredita que há exatamente uma verdade e uma descrição completa do mundo e, então, verdade consiste em uma forma de correspondência entre descrição e o mundo.

Para Putnam, verdade-como-correspondência exhibe independência (do que o homem sabe ou pode vir a saber), bivalência (uma sentença apenas pode ser verdadeira ou falsa) e

singularidade (não pode ser mais que uma verdade ou descrição completa da realidade). E também, para Dummett, a bivalência é uma característica marcante do realismo.

Segundo os realistas, verdade e falsidade independem de nossa capacidade de decidir qual o valor de qualquer portador-de-valor-de-verdade.

Em resumo, uma teoria da verdade realista sustenta que, para um portador-de-valor-de-verdade ser verdadeiro, um certo estado de coisas deve ocorrer de modo independente da mente. Por exemplo, a crença de que

“a neve é branca” é verdadeira, se e somente se a neve for branca,

de acordo com o realismo, “a neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca no mundo externo independente das nossas mentes.

Uma teoria não-realista é qualquer teoria que negue o realismo, ou seja, nega que, se o mundo existe, ele tenha características independentes de algum conhecimento ou experiência. Ou seja, a existência daquilo que dizemos ser ‘do mundo’ depende da percepção por alguma mente. Assim, não é uma condição para a verdade da crença que “a neve é branca” que neve realmente seja branca em um mundo externo.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

AUSTIN, J. L. [1950]. Truth. *Proceedings of the Aristotelian Society*, supp. v. 24, p. 111-128. In: Lynch, 2001, p. 25-40.

GRAYLING, A.C. *An introduction to philosophical logic*. 3.ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

HAACK, S. Is It true what they say about Tarski?. *Philosophy*, v. 51, n. 197, p. 323-336, 1976.

Kirkham, R. L. [1992]. *Teorias da verdade: uma introdução crítica*. Tradução: Alessandro Zir. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LYNCH, M. P. *The nature of truth: classic and contemporary perspectives*. Massachusetts: The MIT Press, 2001.

PITCHER, G. *Truth*. 2.ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964.

RUSSELL, B. Da Natureza da Verdade e da Falsidade. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1910.

_____. [1912]. Truth and Falsehood. *The problems of philosophy*. Oxford: Oxford University Press. In: LYNCH, 2001, p. 17-24.